

Indústria de água mineral é interdita

De acordo com a Vigilância Sanitária, empresa apresentou irregularidades no processo de distribuição e higienização

Felipe Maceió

Uma das maiores indústrias de água mineral de Sergipe foi interdita na tarde de ontem, no município de São Cristóvão, na Grande Aracaju, pela Vigilância Sanitária - órgão ligado à Secretaria de Estado da Saúde, por conta de irregularidades no processo de distribuição e higienização, além da inadequação de demais procedimentos exigidos pelo órgão para a comercialização do produto. A operação envolveu também a Polícia Civil,

Ministério Público Estadual (MPE) e técnicos da Secretaria Estadual da Fazenda.

O trabalho conjunto objetivou o cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão expedido pela Vara Criminal da Comarca de São Cristóvão. Nas instalações da empresa a fiscalização dos agentes policiais e técnicos da Vigilância Sanitária aconteceu de forma detalhada, para que nenhuma irregularidade passasse despercebida.

Durante a inspeção, que verificou as condições de envasamento da água e demais procedimentos, foram encontrados galões de água amassados e sem o devido acondiciona-

“

Encontramos, por exemplo, tampas de garrafões no chão”

Rosângela Barreto |
Gerente da Vigilância

mento. Em entrevista à imprensa que esteve no local acompanhando a ação, a gerente da Vigilância Sanitária, Rosana Barreto, disse que foram constatadas diversas irregularida-

des que comprometeriam a qualidade da água que é comercializada pela empresa à população.

“Encontramos, por exemplo, tampas de garrafões com contato direto no chão quando deveriam estar sobre paletes. Além disso, foram encontrados problemas pontuais em diversas áreas, que foram solicitadas correções”, conta a gerente.

Ainda de acordo com Rosana Barreto, outras vistorias já foram realizadas anteriormente e a empresa chegou a ser notificada, mas como não promoveu as adequações solicitadas pelo órgão, a interdição foi inevitável.

• MPE

Uma amostra foi coletada para a realização de uma perícia que atestará a qualidade da água ‘produzida’ pela indústria. Segundo o promotor da Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor, Daniel Carneiro, caso o teste aponte alguma inconformidade com o que é exigido pela Vigilância Sanitária, a empresa poderá responder pelo crime contra as relações de consumo.

O advogado da empresa, José Gomes Brito, garantiu que o local passará pelas adequações necessárias e exigidas pela lei e que as irregularidades, a maioria relacionada à parte

procedimental, “não maculam a boa qualidade e a credibilidade que a empresa tem no mercado”.

• Impostos

Na operação foram averiguadas ainda denúncias de irregularidade contra a ordem tributária, já que existe a suspeita de que a empresa esteja envolvida em um esquema de sonegação fiscal. De acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda, a empresa possuiria também um histórico de concorrência desleal, porém, o advogado afasta qualquer possibilidade de sonegação, mas confirma o atraso no pagamento de impostos.